

BSB Energética S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretoria da
BSB Energética S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BSB Energética S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BSB Energética S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Aquisição de participação societária

Conforme nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras, a Companhia celebrou contrato de investimento e outras avenças para aquisição de participação societária adicional na Brasil PCH S.A. Esse tema foi considerado significativo em nossa auditoria pois o processo de mensuração a valor justo e a alocação dos ativos adquiridos e passivos assumidos na aquisição da participação societária são complexos e envolvem alto grau de subjetividade, e há complexidade e julgamento envolvidos no processo de seu registro contábil e respectivas divulgações.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a análise dos contratos estabelecidos entre as partes; (ii) a avaliação dos critérios adotados pela Diretoria na aplicação do método de aquisição, à luz dos pronunciamentos técnicos contábeis aplicáveis; (iii) a avaliação de competência dos especialistas utilizados pela Administração para avaliação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificados na aquisição; (iv) o envolvimento de nossos especialistas internos para avaliar a razoabilidade da taxa de desconto, da metodologia de avaliação e da acuracidade matemática do modelo utilizado pelos especialistas externos da Companhia na avaliação dos valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificados na data de aquisição; (v) avaliação das principais premissas de negócio utilizadas no modelo de fluxo de caixa descontado; e (vi) a análise e avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que os critérios para contabilização da aquisição de participação societária adicional adotados pela Diretoria e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Ênfase

Reapresentação de valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa nº 4.3 às demonstrações financeiras, os valores correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, apresentados para fins de comparação, foram retificados e estão sendo reapresentados como previsto no Pronunciamento Técnico CPC 23 – “Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro” (equivalente a norma internacional IAS 8 - “Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors”), em decorrência de inclusão de divulgações adicionais requeridas apenas para companhias com registro na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), bem como retificação de erro relacionada ao número médio de ações em circulação e consequentemente do lucro por ação. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado - DVA referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 21 de março de 2022



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA



Daniel de Carvalho Primo
Contador
CRC nº MG 076441/O-9

BSB ENERGÉTICA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021, DE 2020 E DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTES					CIRCULANTES				
Caixa e equivalentes de caixa	6	48.899	20	1.075	Fornecedores		2.114	-	-
Tributos a compensar		68	109	107	Contas a pagar por aquisição de investimento	8	18.132	-	-
Total dos ativos circulantes		<u>48.967</u>	<u>129</u>	<u>1.182</u>	Obrigações fiscais		258	2	1
					Debêntures	9	<u>26.577</u>	-	-
					Total dos passivos circulantes		<u>47.081</u>	<u>2</u>	<u>1</u>
NÃO CIRCULANTES					NÃO CIRCULANTES				
Investimentos em coligadas	8	355.775	24.696	24.904	Partes relacionadas	12	16.125	16.107	16.107
Imobilizado		<u>21</u>	<u>21</u>	<u>21</u>	Debêntures	9	<u>314.913</u>	-	-
Total dos ativos não circulantes		<u>355.796</u>	<u>24.717</u>	<u>24.925</u>	Total dos passivo não circulantes		<u>331.038</u>	<u>16.107</u>	<u>16.107</u>
					PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
					Capital social	10	1.957	1.957	1.957
					Reserva de lucros		25.512	16.139	17.504
					Ajustes de avaliação patrimonial		<u>(825)</u>	<u>(9.359)</u>	<u>(9.462)</u>
					Total do patrimônio líquido		26.644	8.737	9.999
TOTAL DOS ATIVOS		<u>404.763</u>	<u>24.846</u>	<u>26.107</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>404.763</u>	<u>24.846</u>	<u>26.107</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BSB ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021, DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	31/12/2021	'31/12/2020 Reapresentado	'31/12/2019 Reapresentado
Despesas gerais e administrativas	13	(335)	(47)	(43)
Resultado de equivalência patrimonial	8	47.297	37.929	29.444
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		<u>46.962</u>	<u>37.882</u>	<u>29.401</u>
RESULTADO FINANCEIRO	14			
Despesas financeiras		(6.083)	(1)	(10)
Receitas financeiras		372	18	682
Total		<u>(5.711)</u>	<u>17</u>	<u>672</u>
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>41.251</u>	<u>37.899</u>	<u>30.073</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	15	(119)	(4)	(217)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>41.132</u>	<u>37.895</u>	<u>29.856</u>
LUCRO BÁSICO/DILUÍDO POR AÇÃO - R\$	11	21,0144	19,3606	15,2535

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BSB ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021, DE 2020 E DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	41.132	37.895	29.856
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado:			
Parcela de outros resultados abrangentes de coligadas	8.534	103	(4.731)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>49.666</u>	<u>37.998</u>	<u>25.125</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BSB ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021, DE 2020 E DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros			Ajuste de avaliação Patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Reserva legal	Reserva para investimento	Dividendos adicionais propostos			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	1.957	391	1.566	35.814	(4.731)	-	34.997
Dividendos adicionais distribuídos referente a 2018	-	-	-	(35.814)	-	-	(35.814)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	29.856	29.856
Destinações:							
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos referente a 2019	10	-	-	-	-	(7.464)	(7.464)
Dividendos adicionais propostos distribuídos referente a 2019	10	-	-	-	-	(6.845)	(6.845)
Dividendos propostos	10	-	-	15.547	-	(15.547)	-
Parcela de outros resultados abrangentes de coligadas		-	-	-	(4.731)	-	(4.731)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	1.957	391	1.566	15.547	(9.462)	-	9.999
Dividendos adicionais distribuídos referente a 2019	-	-	-	(15.547)	-	-	(15.547)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	37.895	37.895
Destinações:							
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos referente a 2020	10	-	-	-	-	(9.474)	(9.474)
Dividendos adicionais propostos distribuídos referente a 2020	10	-	-	-	-	(14.239)	(14.239)
Dividendos propostos	10	-	-	14.182	-	(14.182)	-
Parcela de outros resultados abrangentes de coligadas		-	-	-	103	-	103
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	1.957	391	1.566	14.182	(9.359)	-	8.737
Dividendos adicionais distribuídos referente a 2020	-	-	-	(14.182)	-	-	(14.182)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	41.132	41.132
Destinações:							
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos referente a 2021	10	-	-	-	-	(10.283)	(10.283)
Dividendos adicionais propostos distribuídos referente a 2021	10	-	-	-	-	(7.294)	(7.294)
Dividendos adicionais propostos	10	-	-	23.555	-	(23.555)	-
Parcela de outros resultados abrangentes de coligadas		-	-	-	8.534	-	8.534
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	1.957	391	1.566	23.555	(825)	-	26.644

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BSB ENERGÉTICA S.A.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021, DE 2020 E DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		41.251	37.899	30.073
Ajuste para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Resultado de equivalência patrimonial	8	(47.297)	(37.929)	(29.444)
Juros e atualizações monetárias sobre debêntures	9 e 14	5.851	-	-
Atualização monetária sobre contas a pagar por aquisição de investimento	14	132	-	-
Custo Transação Debêntures	9 e 14	99	-	-
Variações nos ativos e passivos:				
Tributos a compensar		41	(2)	(107)
Obrigações fiscais		138	1	-
Contas a pagar (Fornecedores)		2.114	-	-
Caixa gerado pelas (aplicado nas) nas atividades operacionais		2.329	(31)	522
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:				
Dividendos recebidos	7	45.582	38.240	24.895
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(4)	(282)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		47.911	38.205	25.135
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisição de participação adicional em coligada	8	(302.831)	-	-
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		(302.831)	-	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Captação líquida de Debêntures	9	335.540	-	-
Dividendos pagos	10	(31.759)	(39.260)	(50.123)
Adiantamento para futuro aumento de capital		18	-	-
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		303.799	(39.260)	(50.123)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		48.879	(1.055)	(24.988)
Caixa e equivalentes de caixa:				
No início do exercício	6	20	1.075	26.063
No fim do exercício	6	48.899	20	1.075
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		48.879	(1.055)	(24.988)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BSB ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021, DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Serviços de Terceiros	13	(286)	(47)	(42)
Outros Custos Operacionais:				
Outros		(49)	-	(1)
		(335)	(47)	(43)
VALOR ADICIONADO BRUTO	13	(335)	(47)	(43)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de Equivalência Patrimonial	8	47.297	37.929	29.444
Receitas Financeiras	14	372	18	682
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		47.334	37.900	30.083
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Impostos, Taxas e Contribuições				
Federais		119	4	217
		119	4	217
Remuneração de Capitais de Terceiros		6.083	1	10
Juros	14	5.983	-	-
Outras despesas financeiras	14	100	1	10
Remuneração de Capitais Próprios		41.132	37.895	29.856
Lucros retidos		23.555	14.182	15.547
Dividendos Distribuídos	10	17.577	23.713	14.309
		47.334	37.900	30.083

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BSB ENERGÉTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021, 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Da Companhia

A BSB Energética S.A. (“Companhia” ou “BSB”) foi constituída em 24 de março de 2000, com sede social na Cidade e Estado de São Paulo, tendo a Eletroriver S.A. como controladora direta e a CS Energia S.A. como controladora final. A Companhia tem por objetivo social, a geração de energia elétrica no segmento de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH’s), bem como exercer atividades inerentes à sua finalidade principal e participar de outros empreendimentos ou sociedades, seja como acionista ou quotista, como meio para realização do seu objeto social.

Até 30 de novembro de 2021 a BSB possuía 13.845.611 ações ordinárias da coligada Brasil PCH S.A. (“Brasil PCH”) equivalente a 14,70% de participação no capital da investida. Contudo, em 1 de dezembro de 2021 a Companhia concluiu a aquisição de participação adicional de 15,30% das ações representativas do Capital Social da Brasil PCH que pertenciam a Chipley SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial (“Chipley”) controlada pela RENOVA ENERGIA S.A. - Em Recuperação Judicial, passando então a deter 30% das ações ordinárias, totalizando 28.256.349 ações, conforme nota explicativa nº 8.

Dados da Coligada

A Brasil PCH foi constituída em 23 de março de 2005, e iniciou suas operações em 4 de abril de 2006, através da PCHPAR - PCH Participações S.A., a qual possui 100% do capital social de 13 PCH, com capacidade total de operação de 291,5 MW de potência instalada, autorizadas pela ANEEL pelo período de 30 anos, podendo ser prorrogada por igual período nos termos do artigo 2º da Lei 12.783/2013, com redação dada pela Lei 13.360/2016, regulamentada pelo Decreto 9.158/2017.

A comercialização da energia gerada pelas 13 coligadas indiretas se dá por meio de contratos de compra e venda de energia com prazo de 20 anos, a contar da data de operação comercial, firmados entre essas empresas e a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRAS) no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA). Por tal contrato, a ELETROBRAS adquire a totalidade da energia produzida.

2. IMPACTOS COVID-19

A Companhia analisou os impactos da COVID-19 e não identificou quaisquer mudanças nas circunstâncias que indiquem “impairment” de seus ativos, descontinuidade operacional, ou que requeiram ajustes nas suas demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, de 2020 e de 2019.

3. IMPACTOS DE NOVAS LEGISLAÇÕES E NORMAS

Normas e interpretações novas e revisadas, aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021

As normas brasileiras de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”) novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021, foram adotadas nas demonstrações financeiras. A adoção dessas IFRS novas e revisadas, aplicáveis a Companhia, não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para os exercícios corrente e anterior.

Pronunciamento	Descrição
IFRS 4 (CPC 11), IFRS 7 (CPC 40(R1)), IFRS 9 (CPC 48), IFRS 16 (CPC 06(R2)) e IAS 39 (CPC 38) Impacto da adoção inicial da das alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência - Fase 2 (Efetivo para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2021)	As taxas interbancárias oferecidas (IBORs) são taxas de referência de juros, tais como LIBOR, EURIBOR e TIBOR. Porém, devido a recentes discussões no mercado colocaram em questão a viabilidade de longo prazo desses benchmarks. Desta forma, em agosto de 2020, o IASB emitiu Reforma da Taxa de Juros de Referência (Alterações à IFRS 4(CPC 11), IFRS 7 (CPC 40(R1)), IFRS 9(CPC 48), IFRS 16 (CPC 06(R2)) e IAS 39(CPC 38) - Fase 2). Não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.
IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - Impacto da aplicação inicial da Alteração à IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19(Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em ou após 30 de junho de 2021)	Em maio de 2020, o IASB emitiu a norma Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 (Alterações à IFRS16/CPC 06(R2)) que estabelece medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da COVID-19. O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID19 aplicando a IFRS 16 como se a mudança não fosse uma modificação de arrendamento, considerando pagamentos devidos em ou anterior a 30 de junho de 2021. Devido à natureza contínua dos impactos da pandemia do COVID19, em março de 2021 o IASB emitiu alteração ao expediente prático, o qual estendeu a sua aplicabilidade para os referidos pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2022. Não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia e suas coligadas não adotaram as novas normas revisadas a seguir, as quais já estão emitidas e ainda não estão vigentes:

Pronunciamento	Descrição
IFRS 17	Contratos de Seguros
Alterações à IFRS 10 -Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (alterações)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture
Alterações à IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes
Alterações à IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual
Alterações à IAS 16	Imobilizado—Recursos Antes do Uso Pretendido
Alterações à IAS 37	Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs2018-2020	Alterações à IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, IFRS 16 -Arrendamentos, e IAS 41 - Agricultura
Alterações à IAS 1 e IFRS Declaração da Prática	Divulgação de Políticas Contábeis
Alterações à IAS 8	Definição de Estimativas Contábeis
Alterações à IAS 12	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única ação

A Administração da Companhia não espera impactos significativos decorrentes da aplicação dessas novas normas.

4. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), aplicáveis a empresas no Brasil registradas na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela s normas da CVM e da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

4.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que também é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4.3. Reapresentação de valores correspondentes

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019 e de 2020 foram emitidas em 30 de agosto de 2021 e a Administração, com o objetivo de adequar às exigências regulatórias aplicáveis às Companhias com registro na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e também de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e em conformidade com o CPC 23 (IAS 8)- Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, decidiu reapresentar os respectivos valores correspondentes para incluir a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), informação por segmento, bem como para corrigir o erro constante no quadro da quantidade de ações que compõe o capital social presente na nota explicativa de patrimônio líquido e consequentemente a divulgação do lucro por ação anteriormente apresentado.

a) Quantidade de ações ordinárias integralizadas:

Originalmente apresentado

<u>Acionistas</u>	Quantidade de ações ordinárias		<u>Valor integralizado</u>
	<u>integralizadas</u>	<u>%</u>	
Companhia Energética de Brasília - CEB	9.000	9%	176
Eletroriver S.A.	91.000	91%	1.781
Total	100.000	100%	1.957

Reapresentado

<u>Acionistas</u>	Quantidade de ações ordinárias		<u>Valor integralizado</u>
	<u>integralizadas</u>	<u>%</u>	
Companhia Energética de Brasília - CEB	176.159	9%	176
Eletroriver S.A.	1.781.165	91%	1.781
Total	1.957.324	100%	1.957

b) Lucro básico e diluído por ação (Em R\$):

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro por ação básico e diluído (originalmente apresentado)	378,9500	298,5600
Efeito da correção do número de ações em circulação	(359,5894)	(283,3065)
Lucro por ação básico e diluído (representado)	19,3606	15,2535

5. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis adotadas estão descritas a seguir:

5.1. Continuidade operacional

A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, ela continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

5.2. Redução ao valor recuperável dos ativos

Uma provisão para ajuste ao valor de recuperação do custo do bem (“impairment”) é requerida quando os valores dos ativos registrados na contabilidade são superiores àqueles passíveis de serem recuperados por uso ou por venda. A Administração da Companhia entende que não há indicação de perdas na realização de ativos, e, portanto, não há necessidade de constituição de provisão.

5.3. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial.

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a Companhia mantinha os seguintes instrumentos financeiros classificados:

5.3.1. Ativos financeiros

5.3.1.1. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com investimento em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização, conforme nota explicativa nº 6.

5.3.2. Passivos financeiros

5.3.2.1. Debêntures

Estão demonstradas pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos financeiros pactuados, que incluem juros e atualização monetária incorridos até as datas das demonstrações financeiras (custo amortizado), líquido dos custos de transação. Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data das demonstrações financeiras.

5.4. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados de acordo com o estatuto social, o qual permanece segregado em reserva específica dentro do patrimônio líquido até a sua efetiva aprovação.

5.5. Investimentos em coligadas e joint ventures

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa e que não se configura como controlada ou sociedade sob controle comum. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas, ressalvadas as previsões legais.

Uma joint venture é um acordo conjunto através do qual as partes que detêm controle conjunto do acordo possuem direitos sobre os ativos líquidos do acordo conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de controle de um acordo, aplicável somente quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Os resultados, ativos e passivos da coligada ou joint ventures são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial. Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em coligada ou joint ventures são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada ou joint venture. Quando a parcela da Companhia no prejuízo de uma coligada ou joint venture excede a participação da Companhia naquela coligada (incluindo qualquer participação de longo prazo que, na essência, esteja incluída no investimento líquido da Companhia na coligada), a Companhia deixa de reconhecer a sua participação em prejuízos adicionais. Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a Companhia tiver incorrido em obrigações legais ou constituídas ou tiver efetuado pagamentos em nome da coligada ou joint venture.

Na aquisição do investimento em uma coligada ou joint venture, qualquer excedente do custo do investimento sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida é reconhecido como ágio, se aplicável, que é incluído no valor contábil do investimento. Qualquer excedente da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis sobre o custo do investimento, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado do período em que o investimento é adquirido.

No caso da Companhia, em função do Acordo de Acionistas da Brasil PCH e/ou da estrutura acionária da Brasil PCH, conforme o caso, a Companhia, até de 30 de novembro de 2021 o investimento na Brasil PCH era classificado como controle compartilhado (joint venture) e, a partir de 1 de dezembro de 2021, momento em que adquiriu parcela adicional da Brasil PCH passou ao exercer influência significativa sobre a Brasil PCH, atendendo ao disposto nos artigos 243 e das Lei das Sociedades Anônimas. Dessa forma, os investimentos na Brasil PCH e suas controladas indiretas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

5.6. Impostos de renda e contribuição correntes e diferidos

Correntes:

Nos anos de 2021, 2020 e 2019, a Companhia adotou o lucro presumido como forma de apuração tributária.

As alíquotas para a presunção do lucro são de 8% para base de cálculo do IRPJ e 12% para base de cálculo da CSLL aplicáveis sobre a receita bruta da Companhia; sobre tais bases aplicam-se as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R\$240, para IRPJ e 9% sobre a base tributável para CSLL, assim como determina a legislação tributária aplicável a Companhias enquadradas no lucro presumido.

Diferidos:

O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração dos impostos. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Adicionalmente, passivos fiscais diferidos não são reconhecidos se a diferença temporária for resultante do reconhecimento inicial de ágio.

Os ativos fiscais diferidos originados de diferenças temporárias dedutíveis relacionadas a tais investimentos e participações somente são reconhecidos quando for provável que haverá lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias possam ser utilizadas e quando sua reversão for provável em um futuro previsível.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada período de relatório.

A mensuração dos impostos diferidos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual o se espera, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando há um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os ativos e passivos fiscais diferidos se relacionam com os impostos incidentes pela mesma autoridade tributável onde há intenção de liquidar os impostos correntes e passivos em uma base líquida.

5.7. Segmentos operacionais

A Companhia atua em um único segmento operacional, considerando que é uma empresa que detém participação indireta, exercendo influência significativa (em 31 de dezembro de 2020 e 2019 possuía controle compartilhado) em 13 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's). Nesse contexto, essas demonstrações financeiras não possuem nota explicativa de informação por segmento.

5.8. Lucro por ação

O lucro básico por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos exercícios apresentados. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o lucro básico por ação, motivo pelo qual o lucro básico por ação é igual ao lucro por ação diluído.

5.9. Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos.

Os ativos adquiridos líquidos dos passivos assumidos em aquisições de participações adicionais de investidas têm seus valores justos mensurados na data da aquisição. Determinadas premissas são adotadas pelos avaliadores para determinação de tais valores justos, em que é considerado o método da aquisição, sendo os custos relacionados à aquisição reconhecidos no resultado, quando incorridos. Premissas também são adotadas pelos avaliadores na determinação da vida útil remanescentes dos ativos das investidas, sendo a mais valia dos ativos subjacentes amortizada, com base nessas vidas úteis estimadas na data da aquisição.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Bancos	2.211	1	1
Aplicações em Certificados de Depósitos Bancários	<u>46.688</u>	<u>19</u>	<u>1.074</u>
Total	<u><u>48.899</u></u>	<u><u>20</u></u>	<u><u>1.075</u></u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata em Certificado de Depósito Bancário - CDB - junto ao Banco Itaú Unibanco e possuem risco insignificante de mudança de valor justo. São remuneradas por taxas de mercado de 100,5 % (em 2020, 102,92% e em 2019, 102,02%) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

7. DIVIDENDOS A RECEBER

Refere-se a constituição de dividendos a receber de sua coligada Brasil PCH S.A., conforme movimentação abaixo:

	<u>Saldo</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.646
Constituição de dividendos	22.249
Dividendos recebidos	<u>(24.895)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-
Constituição de dividendos	38.240
Dividendos recebidos	<u>(38.240)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-
Constituição de dividendos	45.582
Dividendos recebidos	<u>(45.582)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>-</u>

8. INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E JOINT VENTURE

Até 30 de novembro de 2021, a Companhia possuía 13.845.611 ações ordinárias da coligada Brasil PCH equivalentes a 14,70% de participação no capital da investida, sendo essa uma joint venture em função da existência de um Acordo de Acionistas da Brasil PCH, por meio do qual há consentimento unânime das partes que compartilham o controle da Brasil PCH. Em 1º de dezembro de 2021, a Companhia concluiu a aquisição de participação adicional na referida coligada de 15,30%, que pertenciam à Renova (por incorporação da Chipley), passando então a deter 30% das ações ordinárias, totalizando 28.256.349 ações.

A participação na coligadas diretas e indiretas, as quais a Companhia exerce influência significativa (em 31 de dezembro de 2020 e 2019 possuía controle compartilhado) pode ser demonstrada conforme segue:

Investidas	Investimento	Localização	31/12/2021	Participação %		
				31/12/2020	31/12/2019	
1.	Brasil PCH S.A.	Coligada direta	Município de Belo Horizonte (MG)	30,0%	14,7%	14,7%
1.1.	PCHPAR PCH Participações S.A.	Coligada indireta	Município de Belo Horizonte (MG)	30,0%	14,7%	14,7%
1.1.1.	Bonfante Energética S.A.	Coligada indireta	Município de Simão Pereira (MG)	30,0%	14,7%	14,7%
1.1.2.	Carangola Energia S.A.	Coligada indireta	Município de Carangola (MG)	30,0%	14,7%	14,7%
1.1.3.	Calheiros Energia S.A.	Coligada indireta	Município de Bom Jesus do Itabapoana (RJ)	30,0%	14,7%	14,7%
1.1.4.	Caparaó Energia S.A.	Coligada indireta	Município de Dores do Rio Preto (ES)	30,0%	14,7%	14,7%
1.1.5.	Funil Energia S.A.	Coligada indireta	Município de Dores do Guanhães (MG)	30,0%	14,7%	14,7%
1.1.6.	Irara Energética S.A.	Coligada indireta	Município de Jataí (GO)	30,0%	14,7%	14,7%
1.1.7.	Jataí Energética S.A.	Coligada indireta	Município de Jataí (GO)	30,0%	14,7%	14,7%
1.1.8.	Monte Serrat Energética S.A.	Coligada indireta	Município de Comendador Levy Gasparian (RJ)	30,0%	14,7%	14,7%
1.1.9.	Retiro Velho Energética S.A.	Coligada indireta	Município de Aporé (GO)	30,0%	14,7%	14,7%
1.1.10.	Santa Fé Energética S.A.	Coligada indireta	Município de Três Rios (RJ)	30,0%	14,7%	14,7%
1.1.11.	São Joaquim Energia S.A.	Coligada indireta	Município de Alfredo Chaves (ES)	30,0%	14,7%	14,7%
1.1.12.	São Pedro Energia S.A.	Coligada indireta	Município de Domingos Martins (ES)	30,0%	14,7%	14,7%
1.1.13.	São Simão Energia S.A.	Coligada indireta	Município de Alegre (ES)	30,0%	14,7%	14,7%

Aquisição de Investimento - Coligada Brasil PCH S.A.

Em 15 de setembro de 2021 foi firmado o Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças, entre a Companhia e a sua controladora Eletroriver S.A. (“Eletroriver”), em conjunto denominadas Compradoras, e a Chipley e a Renova, em conjunto denominadas Vendedoras. A operação incluía condições suspensivas, que vinculava o fechamento da transação, incluindo aprovação da autoridade brasileira, além de consentimento dos credores. Essas condições precedentes foram cumpridas, tendo sido concluída a operação em 1º de dezembro de 2021, tendo a Companhia adquirido participação adicional de 15,3%, passando a deter 30% de participação direta na Brasil PCH e passando a exercer influência significativa nesta investida.

O valor total da aquisição da referida operação foi de R\$1.069.438, sendo o valor de R\$748.607 referente à Eletroriver e de R\$320.831 referente à Companhia. Parte do valor da aquisição, no montante de R\$60.000, constitui valor retido (em função de garantia das obrigações de indenizar da vendedora e de eventuais ajustes de preço decorrentes, principalmente, de distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio e redução de capital - pagamento do “leakage”) pelos compradores que será pago em 30 de maio de 2022, sendo o valor atualizado pelo CDI (R\$42.000 retido pela Eletroriver e R\$18.000 retido pela Companhia). Em 31 de dezembro de 2021, o valor atualizado atingiu o montante de R\$18.132 e está registrado na rubrica “Contas a pagar por aquisição de investimento” no passivo circulante.

A Companhia procedeu com a elaboração do laudo de alocação dos valores justos com base nos conceitos estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (equivalente a norma internacional IFRS 13). Os ativos intangíveis foram avaliados utilizando-se do Método de Lucros Excedentes por Vários Períodos (MPEEM), e os ativos imobilizados foram avaliados utilizando o método de Custo de Reposição. O valor justo total da Brasil PCH pode ser demonstrado como segue:

Em 1º de dezembro de 2021	Valores de custo	Mais valia	Valor justo
<u>ATIVOS</u>	1.284.467	1.813.306	3.097.773
Caixa e equivalentes de caixa	142.549	-	142.549
Contas a receber	101.563	-	101.563
Impostos a recuperar	10.724	-	10.724
Outros ativos circulantes	5.653	-	5.653
Impostos diferidos	343	-	343
Depósitos judiciais	14.636	-	14.636
Outros ativos não circulantes	286	-	286
Imobilizado	995.073	369.025	1.364.098
Intangível	13.640	1.444.281	1.457.921

Em 1º de dezembro de 2021	Valores de custo	Mais valia	Valor justo
<u>PASSIVO</u>	(945.099)	(653.312)	(1.598.411)
Contas pagar	(4.702)	-	(4.702)
Salários	(4.043)	-	(4.043)
Impostos a recolher	(6.614)	-	(6.614)
Imposto diferido mais valia	-	(597.573)	(597.573)
Outros passivos	(31.962)	-	(31.962)
Receita diferida	(4.999)	-	(4.999)
Empréstimos e financiamentos	(852.041)	(55.739)	(907.780)
Obrigações futuras	(38.365)	-	(38.365)
Provisões	(2.373)	-	(2.373)
Ativos líquidos	339.368	1.159.994	1.499.362
Participação adquirida			15,3%
Valor proporcional do investimetno adquirido com base no valor justo de ativos e passivos			229.402
Ágio identificado			91.429
Contraprestação transferida e a transferir			320.831
Contraprestação transferida (caixa líquido transferido)			302.831
Contraprestação a transferir (contas a pagar - aquisição de investimento)			18.000

A alocação dos valores justos da Brasil PCH, identificou uma mais valia líquida no valor de R\$1.159.994, sendo R\$369.025 referente a mais valia de ativos imobilizados, R\$1.444.281 referente a mais valia de ativos intangíveis de contratos firmados, R\$55.739 referente a menos valia de debêntures e o efeito do reconhecimento do imposto diferido passivo de R\$597.573 sobre a mais valia líquida. A constituição dos impostos diferidos foi baseada no julgamento da Administração que no momento não tem expectativa de incorporação deste investimento, assim como no fato de que, a partir do ano de 2022, a Companhia passou a adotar o regime de tributação de imposto de renda pelo lucro real. Esta mais valia, proporcional à participação adquirida pela Companhia de 15,3% será amortizada com base na vida útil remanescente dos ativos, que corresponde, na data da aquisição, a uma vida útil remanescente média de aproximadamente 25 anos para os itens de ativo imobilizado e 47 anos para o ativo intangível. Considerando o preço pago, após alocação das mais valias acima indicadas, foi identificado um excedente no valor de R\$91.429, reconhecido como ágio. A estimativa de vida útil da amortização do ativo intangível leva em consideração a média do período remanescente das autorizações da ANEEL para as usinas que compõem a Brasil PCH, acrescidas do período de renovação de 30 anos, definido pela Lei 13.360/2016 e regulamentado pelo Decreto 9.158/2017.

Abaixo apresentamos as informações da coligada:

	Coligada direta - Brasil PCH		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	67.941	44.991	8
Outros ativos circulantes	148.650	94.231	211.916
Total dos ativos circulantes	216.591	139.222	211.924
Total dos ativos não circulantes	1.027.856	1.031.886	1.056.431
Total dos ativos	1.244.447	1.171.108	1.268.355
Debêntures	168.689	109.853	122.117
Outros passivos circulantes	59.099	75.576	80.279
Total dos passivos circulantes	227.788	185.429	202.396
Debêntures	606.869	695.531	766.192
Instrumento financeiro derivativo - SWAP	81.797	80.069	75.260
Outros passivos não circulantes	37.155	42.081	55.092
Total dos passivos não circulantes	725.821	817.681	896.544
Total dos passivos	953.609	1.003.110	1.098.940
Patrimônio líquido	290.838	167.998	169.415
Receita líquida	594.651	508.159	426.940
Depreciação e amortização	(36.463)	(36.474)	(35.780)
Impostos de renda e contribuição social	(20.831)	(17.120)	(14.235)
Resultado do exercício	293.162	258.020	200.297
Outros resultados abrangentes	52.980	700	(32.185)
Resultado abrangente total do exercício	346.142	258.720	168.112

A movimentação do investimento é apresentada a seguir:

	Custo	Mais valia	Ágio	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	22.440	-	-	22.440
Equivalência patrimonial	29.444	-	-	29.444
Parcela de outros resultados abrangentes de coligadas	(4.731)	-	-	(4.731)
Dividendos recebidos (*)	(22.249)	-	-	(22.249)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	24.904	-	-	24.904
Equivalência patrimonial	37.929	-	-	37.929
Parcela de outros resultados abrangentes de coligadas	103	-	-	103
Dividendos recebidos	(38.240)	-	-	(38.240)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	24.696	-	-	24.696
Aquisição de participação adicional em coligada	51.923	177.659	91.249	320.831
Equivalência patrimonial	47.680	(383)	-	47.297
Parcela de outros resultados abrangentes de coligadas	8.533	-	-	8.533
Dividendos recebidos	(45.582)	-	-	(45.582)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	87.250	268.525	91.249	355.775

(*) O valor de dividendos recebidos em 2019 foi de R\$ 24.895, sendo R\$ 22.895 referentes ao exercício de 2019 e R\$ 2.000 referentes ao exercício de 2018.

9. DEBÊNTURES

Em deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia, realizada em 10 de setembro de 2021, os acionistas aprovaram a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, com valor nominal unitário de R\$1, na data de emissão, sendo a quantidade de 345.000 (trezentos e quarenta e cinco mil), perfazendo o montante total de R\$345.000, com a finalidade de financiar (i) a aquisição de parte das ações emitidas pela Brasil e detidas pela Renova Energia S.A., representativas, na Data de Emissão, de 15,3% (quinze inteiros e três décimos por cento) do capital social da Brasil PCH, mediante exercício do direito de preferência da Companhia previsto no Acordo de Acionistas da Brasil PCH (ii) despesas e custos relacionados à estruturação, distribuição, garantia firme das Debêntures, incluindo, mas não se limitando, todos os custos com prestadores de serviços no âmbito da Emissão e custos e despesas para constituição da Alienação Fiduciária; (iii) despesas relacionadas a atendimento de obrigações necessária para o registro na CVM em Categoria B pela Companhia; e (iv) o que sobrar dos itens acima, capital de giro e/ou pagamento de dividendos da Companhia.

Estas debêntures serão pagas semestralmente, juros e principal, nos meses de abril e outubro de cada ano. O primeiro pagamento (principal e juros) se dará em 15 de abril de 2022 e o último pagamento em 15 de abril de 2030, conforme tabela abaixo:

Parcela	Data	% do Valor Nominal Unitário
1ª	15/abr/22	2,64%
2ª	15/out/22	4,80%
3ª	15/abr/23	5,04%
4ª	15/out/23	6,11%
5ª	15/abr/24	6,51%
6ª	15/out/24	7,35%
7ª	15/abr/25	7,94%
8ª	15/out/25	8,95%

Parcela	Data	% do Valor Nominal Unitário
9ª	15/abr/26	9,00%
10ª	15/out/26	11,90%
11ª	15/abr/26	13,51%
12ª	15/out/27	27,52%
13ª	15/abr/27	37,98%
14ª	15/out/28	41,98%
15ª	15/abr/29	72,35%
16ª	15/out/29	50,00%
17ª	15/abr/30	100,00%

a) Composição das Debêntures

	Quantidade	Valor Nominal	31/12/2021
Debêntures -Série Única (IPCA + 7,04%)	345.000	1.000	350.851
(-) Custo com transação com debêntures			(9.361)
			<u>341.490</u>
Passivo circulante			26.577
Passivo não circulante			314.913

b) Movimentação das Debêntures

	31/12/2021
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-
Captação líquida	335.540
Encargos provisionados	5.851
Apropriação do custo de transação	99
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>341.490</u>

A Companhia está sujeita a cláusulas restritivas (“covenants”), incluindo entre outros, garantias reais, restrições quanto à mudança, transferência ou cessão de controle societário, incorporação, fusão ou cisão sem prévia anuência dos credores. As cláusulas restritivas e as garantias relacionadas à operação são as seguintes:

1. Garantias

Foram ofertadas em alienação fiduciária, em caráter irrevogável, as ações de emissão da Brasil PCH e de titularidade da Companhia representativas de 30% (trinta por cento) do capital social da investida bem como quaisquer novas ações que venham a ser subscritas ou de qualquer forma adquiridas pela Companhia, incluindo todos os direitos e frutos delas decorrentes.

2. Restrições

A Escritura da 1ª Emissão de Debêntures traz condições específicas (covenants) à Companhia, em especial quanto a alteração de controle acionário, à assunção de novas dívidas, bem como a manutenção do índice de cobertura do serviço da dívida (“ICSD”) de 1,20 ou superior, dentre outras. O não cumprimento dos covenants e demais disposições contratuais sujeitam a Companhia ao vencimento antecipado da dívida. A companhia encontra-se adimplente com as exigências em 31 de dezembro de 2021.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

10.1. Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021, 2020 e de 2019 é R\$1.957 e está representado por 1.957.324 ações, conforme demonstrado a seguir:

Acionistas	Quantidade de ações ordinárias integralizadas	%	Valor integralizado
Companhia Energética de Brasília - CEB	176.159	9%	176
Eletroriver S.A.	1.781.165	91%	1.781
Total	1.957.324	100%	1.957

10.2. Reserva Legal

É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e de 2019 não houve constituição de reserva legal pelo fato do referido limite ter sido atingido em anos anteriores.

10.3. Reserva de lucros

A reserva representa o lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal, cálculo dos dividendos obrigatórios e adicionais, conforme previsto artigo 202 § 5 da Lei das Sociedades por Ações, e deverá ser paga como dividendo assim que permitir a situação financeira da Companhia. Conforme estatuto estes valores aguardam deliberação em Assembleia para sua destinação.

10.4. Dividendos a pagar

O Estatuto Social da Companhia estabelece que após a constituição da reserva legal, o saldo total remanescente do lucro do exercício, se existente, deve ser atribuído ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório, 25% (vinte e cinco por cento).

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido do exercício	41.132	37.895	29.856
Reserva Legal (5% até o limite de 20% do capital social)	-	-	-
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	41.132	37.895	29.856
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos	(10.283)	(9.474)	(7.464)
Dividendos adicionais distribuídos	(7.294)	(14.239)	(6.845)
Dividendos adicionais propostos	<u>(23.555)</u>	<u>(14.182)</u>	<u>(15.547)</u>

Abaixo demonstramos a movimentação dos dividendos nos exercícios:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	-
Dividendos adicionais 2018	35.814
Dividendos mínimos obrigatórios e adicionais 2019	14.309
Dividendos pagos de 2018 - R\$18,2974 por ação	(35.814)
Dividendos pagos de 2019 - R\$7,31 por ação	<u>(14.309)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-
Dividendos adicionais 2019	15.547
Dividendos mínimos obrigatórios e adicionais 2020	23.713
Dividendos pagos de 2019 - R\$7,9430 por ação	(15.547)
Dividendos pagos de 2020 - R\$12,1150 por ação	<u>(23.713)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-
Dividendos adicionais 2020	14.182
Dividendos mínimos obrigatórios e adicionais 2021	17.577
Dividendos pagos de 2020 - R\$7,2456 por ação	(14.182)
Dividendos pagos de 2021 - R\$8,9801 por ação	<u>(17.577)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>-</u>

10.5. Reserva para investimento

O Estatuto Social da Companhia estabelece que serão destinados até 75% do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, à constituição de reserva para investimento, com a finalidade de financiar projetos de expansão de unidades operacionais da Companhia, bem como investimentos em suas coligadas e/ou consórcios. O saldo dessa reserva não poderá exceder a 80% do capital social. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e de 2019 não houve constituição de reserva para investimento pelo fato do referido limite ter sido atingido em anos anteriores.

10.6. Ajuste de avaliação patrimonial reflexa

Representando pelos ganhos ou perdas acumuladas reflexas dos instrumentos de “hedge” de fluxo de caixa considerados efetivos da coligada Brasil PCH S.A. O valor reconhecido como parcela de outros resultados abrangentes de coligadas foi de R\$8.534 em 2021 (R\$103 em 2020 e (R\$4.731) em 2019)

11. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo do lucro básico e diluído por ação é baseado nos seguintes dados:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u> (Reapresentado)	<u>31/12/2019</u> (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	41.132	37.895	29.856
Lucro por ação básico diluído:			
Ações Disponíveis	<u>1.957.324</u>	<u>1.957.324</u>	<u>1.957.324</u>
Lucro por ação básico e diluído	<u><u>21,0144</u></u>	<u><u>19,3606</u></u>	<u><u>15,2535</u></u>

12. SALDO E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia realizou as seguintes transações com partes relacionadas que se referem a adiantamento para futuro aumento de capital realizado por seus acionistas:

	<u>31/12/2021</u> Passivo - não circulante AFAC	<u>31/12/2020</u> Passivo - não circulante AFAC	<u>31/12/2019</u> Passivo - não circulante AFAC
Eletroriver S.A.	14.698	14.680	14.680
Companhia Energética de Brasília - CEB	<u>1.427</u>	<u>1.427</u>	<u>1.427</u>
Total	<u><u>16.125</u></u>	<u><u>16.107</u></u>	<u><u>16.107</u></u>

As práticas e condições das transações com partes relacionadas acima foram praticadas em condições acordadas com as partes.

Remuneração da Administração

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, não foi paga aos administradores da Companhia qualquer remuneração em função do exercício dos respectivos cargos na Companhia.

13. DESPESAS POR NATUREZA

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 26 (R1)/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, a seguir está apresentado o detalhamento das despesas por natureza:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Serviços de terceiros	(286)	(47)	(42)
Outros custos	<u>(49)</u>	<u>-</u>	<u>(1)</u>
Total	<u><u>(335)</u></u>	<u><u>(47)</u></u>	<u><u>(43)</u></u>

14. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Despesas financeiras:			
Juros, atualizações sobre debêntures	(5.851)	-	-
Atualização monetária sobre contas a pagar por aquisição de investimento	(132)		
Custos de transação de debêntures	(99)	-	-
Outras despesas financeiras	<u>(1)</u>	<u>(1)</u>	<u>(10)</u>
Total	<u><u>(6.083)</u></u>	<u><u>(1)</u></u>	<u><u>(10)</u></u>
Receitas financeiras:			
Rendimentos de aplicações financeiras	370	18	682
Outras receitas financeiras	<u>2</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u><u>372</u></u>	<u><u>18</u></u>	<u><u>682</u></u>
Total	<u><u>(5.711)</u></u>	<u><u>17</u></u>	<u><u>672</u></u>

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	<u>31/12/2021</u>		<u>31/12/2020</u>		<u>31/12/2019</u>	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Rendimentos e ganhos de aplicação financeira	370	370	18	18	682	682
Outras receitas financeiras	2	2	-	-	-	-
Alíquota nominal	<u>15%</u>	<u>9%</u>	<u>15%</u>	<u>9%</u>	<u>15%</u>	<u>9%</u>
Imposto sobre o resultado	<u>(56)</u>	<u>(33)</u>	<u>(3)</u>	<u>(1)</u>	<u>(102)</u>	<u>(61)</u>
Adicional à alíquota de 10%	<u>(30)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(54)</u>	<u>-</u>
Correntes	<u><u>(86)</u></u>	<u><u>(33)</u></u>	<u><u>(3)</u></u>	<u><u>(1)</u></u>	<u><u>(156)</u></u>	<u><u>(61)</u></u>

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Risco de mercado

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado. A administração determina as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e riscos inerentes.

O risco de mercado decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia avalia que os riscos de seus recursos aplicados financeiramente são baixos, por serem realizadas em bancos de reconhecida liquidez e remuneradas a taxas de mercado a 100,5% do CDI, conforme apresentado na nota explicativa nº 6.

A Companhia utiliza o controle do custeio para auxiliar no monitoramento de exigências do fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Companhia estima o desembolso em comparação com a sua entrada de caixa.

Gestão de risco de liquidez

A Companhia administra o risco de liquidez mantendo reservas adequadas, recursos bancários e reserva de recursos de empréstimo, monitorando continuamente os fluxos de caixa projetados e reais, e comparando os perfis de vencimento de ativos e passivos financeiros.

Tabela do risco de liquidez

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas esperam liquidar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício.

	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 8 anos	Total
Fornecedores	2.114	-	-	2.114
Contas a pagar por aquisição de investimento	-	18.352	-	18.352
Debêntures	-	47.833	487.897	535.730
Total	2.114	66.185	487.897	556.196

Os passivos financeiros existentes abrangem os saldos de debêntures remuneradas a IPCA + 7,04% conforme mencionado na nota explicativa nº 9.

A Companhia não possui operações contratadas em moeda estrangeira. Desta forma, não está sujeita a riscos decorrentes de oscilações de taxas de câmbio.

Os valores contábeis apresentados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
-			
<u>Ativos financeiros</u>			
Mensurados ao custo amortizado:			
Caixa e equivalentes de caixa	48.899	20	1.075
<u>Passivos financeiros</u>			
Outros passivos mensurados ao custo amortizado:			
Fornecedores	2.114	-	-
Partes relacionadas	16.125	16.107	16.107
Contas a pagar por aquisição de investimento	18.132	-	-
Debêntures	341.490	-	-

Os valores contábeis e valores justos estimados para os ativos e passivos são similares em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, tendo em vista que as operações das debêntures foram concretizadas em novembro do ano corrente. Os valores justos são calculados projetando-se os fluxos futuros das operações com base na projeção das curvas de taxa de juros, trazidos a valor presente utilizando os dados indicativos de preços e taxas de referência disponíveis no mercado ou taxa com base nas condições do pagamento de prêmio na ocorrência de resgate antecipado facultativo estabelecido na escritura de debêntures de cada emissão.

A Companhia está exposta a riscos relacionados a taxas de juros em função da transação com debêntures e IPCA.

Em conformidade com o CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros, é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de exposição a riscos de taxas de juros da Companhia, objetivando evidenciar um eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

Na data de encerramento do exercício, a Administração estimou o cenário I (provável) de variação das taxas de juros CDI (12,25%) e IPCA (5,56%) no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2022 (fonte Boletim Focus datado de 18 de fevereiro de 2022). Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários II (possível) e III (remoto), respectivamente.

Operação	Exposição		Cenário I	Cenário II	Cenário III
	31/12/2021	Risco			
Caixa e equivalentes de caixa	46.688		5.719	4.289	2.860
Contas a pagar por aquisição de investimento	<u>(18.132)</u>		<u>(2.221)</u>	<u>(1.666)</u>	<u>(1.111)</u>
Exposição Líquida	<u>28.556</u>	Baixa do CDI	<u>3.498</u>	<u>2.623</u>	<u>1.749</u>
Operação	Exposição		Cenário I	Cenário II	Cenário III
	31/12/2021	Risco			
Debêntures	<u>(350.851)</u>	Alta do IPCA + 7,04%	<u>(44.207)</u>	<u>(55.259)</u>	<u>(66.311)</u>
	<u>(350.851)</u>		<u>(44.207)</u>	<u>(55.259)</u>	<u>(66.311)</u>

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no

índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de debêntures (incluindo debêntures de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 são:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Debêntures (nota explicativa nº 9)	350.851	-	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 6)	(48.899)	(20)	(1.075)
Endividamento líquido (a)	<u>301.952</u>	<u>(20)</u>	<u>(1.075)</u>
Total do patrimônio líquido	<u>26.644</u>	<u>8.737</u>	<u>9.999</u>
Total do capital (b)	<u>328.595</u>	<u>8.717</u>	<u>8.924</u>
Índice de alavancagem financeira % (a/b)	<u>92%</u>	<u>0%</u>	<u>0%</u>

17. EVENTOS SUBSEQUENTES

Por meio das Resoluções Autorizativas ANEEL nº 11.023 e nº 11.131 datadas de 31 de janeiro de 2022 e 23 de fevereiro de 2022, respectivamente, coligadas indiretas, SPEs do Grupo Brasil PCH obtiveram extensão dos respectivos prazos de outorga conforme quadro abaixo:

PCH's	<u>FINAL DE AUTORIZAÇÃO</u>		
	<u>Resolução Autorizativa/ ANEEL na autorização inicial</u>	<u>Resolução Autorizativa/ ANEEL-publicada em 31/01/2022</u>	<u>Resolução Autorizativa/ ANEEL-publicada em 23/02/2022</u>
BONFANTE ENERGÉTICA S.A.	27/08/2031		02/08/2038
CALHEIROS ENERGIA S.A.	13/01/2030		12/09/2038
CAPARAÓ ENERGIA S.A.	29/12/2029		30/12/2038
CARANGOLA ENERGIA S.A.	22/12/2029		25/06/2038
FUNIL ENERGIA S.A.	22/12/2029		05/03/2038
IRARA ENERGÉTICA S.A.	24/09/2032		06/09/2038
JATAI ENERGÉTICA S.A.	18/12/2032		30/07/2038
MONTE SERRAT ENERGÉTICA S.A.	27/08/2031		13/02/2039
RETIRO VELHO ENERGÉTICA S.A.	12/11/2032		16/06/2039
SANTA FÉ ENERGÉTICA S.A.	05/11/2032	09/05/2038	
SÃO JOAQUIM ENERGIA S.A.	18/10/2030	17/04/2038	
SÃO PEDRO ENERGIA S.A.	18/11/2033	16/06/2039	
SÃO SIMÃO ENERGIA S.A.	22/03/2031		17/02/2039

18. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Companhia autorizou a conclusão e divulgação dessas demonstrações financeiras em 21 de março de 2022, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até essa data que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações financeiras, quando requeridos.

Composição do Conselho de Administração

José Guilherme A. do Nascimento
Presidente

Antônio Walter dos Santos Pinheiro Filho
Vice presidente

Jorge Antônio Carvalho Lima
Conselheiro

Patrícia Pereira Kleibe
Conselheira

Composição da Diretoria

Marlon Resende Jr
Diretor Presidente

José Guilherme Antloga do Nascimento
Diretor

Walter Nunes Seijo Neto
Diretor

Wilian Calixto de Assis
CRC: 017.114/O-5 - BA
Contador